



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, às quinze horas, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=mq1-gwMHiPg> e presencialmente na cidade de Vitória/ES, teve início a 71ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

1. PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.1 Informes Gerais da Presidência e Abertura da Reunião	
Discussão	<p>O Presidente Rodrigo Agostinho deu início aos trabalhos às 15h com a apresentação dos membros presentes. Compareceram na Reunião Ordinária todos os constantes na lista de presença anexa a este documento, sendo que a mesa do Comitê Interfederativo foi formada por: Sr. Rodrigo Agostinho, Presidente do IBAMA; Sra. Margareth Saraiva, membro pelo Governo do Estado do Espírito Santo; Sra. Tatiana Tatagiba, em representação à Sra. Juliane Barroso, membro pelo Governo do Estado do Espírito Santo; Sr. Luís Gabriel Mendoza, membro pelo Governo do Estado de Minas Gerais; Sra. Thaís Vilas Boas, membro pelo Governo do Estado de Minas Gerais; Sr. Jadilson Gomes, membro atingido. Ainda, participaram da reunião em modalidade virtual o membro Sr. José Carlos Loss Júnior, membro pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Sra. Moara Giasson, membro pelo Ministério do Meio Ambiente. Registra-se a participação no dia 29 de setembro de 2023 de: Sra. Juliane Barroso, membro pelo Governo do Estado do Espírito Santo e Sra. Luiza Dulci, membro pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A reunião foi conduzida e secretariada pela Sra. Célia Melo e pela Sra. Thaynara Chagas, analistas do IBAMA responsáveis pela Secretaria Executiva do CIF. Após apresentações, Célia Melo reforçou a importância do envio do planejamento de atividades para 2024 por parte das Câmaras Técnicas até o final de setembro, em atendimento ao prazo estabelecido pelo TAC-GOV. Informou ainda sobre a nomeação de nova coordenação para CT-OS e registrou agradecimento à Caroline Teixeira, nova coordenadora. Agradeceu a Tiago Cantalice e a Ronaldo de Almeida Neto pelo suporte na indicação. Deu as boas-vindas a Moara Giasson e a Gerlena Siqueira, procuradora federal que prestaria apoio jurídico ao CIF. Foi registrada a retirada do ponto de pauta 6.1 a pedido da coordenação da CT-INFRA. Em seguida, Célia Melo informou sobre proposta de calendário para 2024 disponível para os membros, e expôs as solicitações de pontos extrapauta pela CT-EI e CT-Bio, juntamente com a Presidência. Rodrigo Agostinho informou que a pauta do PG29 havia avançado pouco desde o seu início; portanto, em diálogo com o IBAMA, construíram proposta de alteração da forma de execução do programa em concordância com a Fundação Renova.</p>
Aprovação ata 70ª Reunião Ordinária	Jadilson Gomes informou sobre solicitação de ajustes no ponto 10.1, relativo à CT-IPCT. Aprovada ata da 70ª Reunião Ordinária do CIF.
Fala dos Atingidos	
Dia 27/09/2023	
Discussão	Liberina Gomes agradeceu pela recepção do CIF às demandas dos pescadores e reforçou que a população realizou todas as tentativas para alcançarem as indenizações merecidas por danos morais e materiais, além de impactos na saúde, porém, até o momento, sem o devido pagamento. Solicitou que o CIF se mantenha atento às demandas para que os pescadores tenham seus direitos garantidos.

Marcos Pereira informou que a empresa de energia local fazia ligações aos pescadores para corte de energia, e reforçou que os pescadores precisavam de indenização em caráter de urgência. Apesar da alegação de que Vitória não seria território atingido, os pescadores não são afetados conforme seu local de moradia, e sim conforme seu local de trabalho. Reforçou que os sentidos múltiplos da maré conferiam diferentes locais de contaminação. Relatou dificuldades para manutenção da atividade econômica da pesca, além de impactos na saúde mental dos trabalhadores. Rui Marcelino, pescador há 30 anos no rio Doce, relatou situação de água e luz cortadas, pagamento de impostos atrasados, e recorrentes recusas de indenização, sob alegação de que os pescadores de determinada região geográfica não seriam considerados atingidos pela localização de moradia. Sérgio Passos questionou o porquê do reconhecimento seletivo de pescadores, uma vez que a zona marinha de pesca era comum a vários trabalhadores de regiões de moradia diferentes, e finalizou reforçando o direito de todos os pescadores atingidos. Jaildo questionou porque os pescadores de Piúma/ES ainda não haviam sido contemplados, uma vez que foram feitos pagamentos para pescadores que residiam no Rio de Janeiro. Dorival relatou que pescadores atualmente levam 30 dias no mar para conseguir algum retorno, o que antes acontecia em metade deste tempo. Relatou muitos pescadores que colocavam barco e casas à venda para manter a sobrevivência, pois a renda estava profundamente prejudicada. Por fim, relatou ainda adoecimento tanto da população quanto dos pescados para pesca, que apareciam com deformidades e marcas de câncer. Noel Silveira relatou que, apesar de mudanças de região de moradia, os pescadores trabalhavam nas mesmas áreas marinhas. Fez relato sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da cadeia camarueira, devido a escassez dos recursos naturais após o desastre. Reforçou a importância da garantia de direitos para os pescadores, que estavam padecendo com a desvalorização e com a falta de recursos para geração de renda. José Brandão fez relato com dificuldade, por motivo de adoecimento, e afirmou que a costa marinha do Espírito Santo era área atingida; ainda, relatou sobre venda de seu barco para sobreviver, afirmando que vivia situação precária em trabalhos informais. Solicitou que os testes marinhos alcançassem o fundo do mar para verificar com assertividade o grau de contaminação do pescado. Dezenildo questionou a Fundação Renova em relação à recorrente negativa de direitos aos pescadores; relatou a participação em várias reuniões nas quais sempre foram apontadas as demandas dos pescadores, que seguiam sem assistência pela Fundação Renova. Reforçou a alta despesa para baixo retorno, que culminava em situação precária para os trabalhadores. Por fim, reforçou que a indenização dos pescadores do Espírito Santo não deveria ser seletiva. Joice Lopes cobrou soluções em relação ao descaso da Fundação Renova e reforçou que as empresas poluidoras Vale, Samarco e BHP Billinton se valiam da instituição reparadora como escudo para evitar a indenização justa. Reforçou que os atingidos acionariam a CT-OS para atender às suas demandas e lamentou a falta de ação firme por parte dos órgãos ambientais, que abraçavam a repactuação sem atender às urgências dos atingidos. Reginaldo Nascimento criticou a tentativa da Fundação Renova de barrar o reconhecimento de novas áreas atendidas, em contradição direta ao TTAC. Reforçou a importância do reconhecimento do sul da Bahia como área atingida e passível de justa reparação. Afirmou a existência de evidências da contaminação no sul da Bahia e informou que a questão continuaria a ser cobrada no âmbito administrativo, via CIF, e no âmbito judicial. Jadilson Gomes relatou sobre oitiva realizada em Vitória/ES, que gerou solicitação encaminhada à SECEX/CIF para criação de Grupo de Trabalho para atendimento às demandas levadas pelos atingidos do sul do Espírito Santo e, ademais, verificação de relatos de inconsistência na reparação deste público, como o pagamento de alguns vizinhos e negativa de outros. Célia Melo registrou que o CIF estava sensível à solicitação, contudo, era necessária maior substância técnica para formalização da questão e instauração do GT. Edna dos Reis fez relato sobre a situação de sua empresa familiar que, a partir do ano de 2016, começou a enfrentar problemas com pescado contaminado. A comercialização do pescado afetado pelo desastre culminou na ameaça de processos por parte de hotéis e restaurantes clientes de sua empresa. A empresa enfrentou sérios problemas, o que levou ao adoecimento de seu marido. Informou que, através de contato com a Fundação Renova, foi informado que sua família não teria direito à indenização e reparação, apesar dos impactos e do adoecimento familiar. Augusto Ribeiro expôs que a Fundação Renova alegava que os pescadores de Guarapari/ES não poderiam ser considerados atingidos pela região de moradia; contudo, reforçou que o local de trabalho dos pescadores era o mar, que era afetado por marés de diferentes direções. Finalizou sua fala informando que alterações no local de trabalho do indivíduo conseqüentemente promovem alterações em sua qualidade de vida e na subsistência de sua casa. Jaciel Leite agradeceu ao CIF pela oitiva das demandas dos pescadores e reforçou a importância do reconhecimento da classe como atingidos, diante do massivo adoecimento e endividamento dos trabalhadores.

Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA)**2.1 Análise de pleito do município de Caratinga/MG, Fernandes Tourinho/MG, Pingo D'Água/MG, Rio Casca/MG, Santa Cruz do Escalvado/MG e Timóteo/MG****Discussão**

Alessandra Jardim, coordenadora da CT-SHQA, fez breve explicação do escopo do PG31 e iniciou exposição dos pleitos municipais analisados pela Câmara Técnica, sendo:

Nota Técnica 163/2023

Pleito do município de Caratinga/MG no valor de R\$ R\$ 1.121.068,02 (um milhão, cento e vinte um mil, sessenta e oito reais e dois centavos), voltados para obras para a execução do galpão de triagem e armazenamento de materiais recicláveis e pleito no valor de R\$ 77.650,00 (setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais) para aquisição de equipamentos para a operacionalização da coleta seletiva. Os novos pleitos se enquadravam nas ações previstas nos itens 8.3 e 8.5 do Anexo C da Nota Técnica nº 121, referentes à execução de obras de SES e RSU e à aquisição de equipamentos para gestão de coleta seletiva, respectivamente. Foi feita apresentação do quadro síntese de recursos de resíduos sólidos do município.

Nota Técnica 164/2023

Pleito do município de Fernandes Tourinho/MG no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Fernandes Tourinho e pleito no valor de 100.000,00 (cem mil reais) para elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do antigo lixão. Os novos pleitos se enquadravam na ação prevista no item 8.1 do Anexo C da Nota Técnica nº 121, referente à elaboração/revisão de planos e estudos vinculados ao escopo do PG-31. Foi feita apresentação do quadro síntese de recursos de resíduos sólidos do município, com saldo remanescente de correção de IPCA após aprovação do pleito de R\$ 119.477,78

Nota Técnica 165/2023

Pleito do município de Pingo D'Água no valor de R\$ 662.241,12 (seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais e doze centavos) para Construção da Usina de Triagem e Compostagem de Pingo d'Água/MG. O novo pleito se enquadrava na ação prevista no item 8.3 do Anexo C da Nota Técnica nº 121, que se refere à ação de "Execução de obras de esgotamento sanitário (SES) e de gestão de resíduos sólidos (RSU). Foi feita apresentação do quadro síntese de recursos de resíduos sólidos do município.

Nota Técnica 166/2023

Pleito do município de Rio Casca/MG no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para execução das obras de implantação de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Distrito de Vista Alegre de Rio Casca /MG. O novo pleito se enquadra na ação prevista no item 8.3 do Anexo C da Nota Técnica nº 121, que se refere à ação de "Execução de obras de esgotamento sanitário (SES) e de gestão de resíduos sólidos (RSU). Foi apresentado quadro síntese de recursos do município para esgotamento sanitário com saldo de correção do IPCA* de SES após a aprovação do pleito de R\$ 2.920.525,48.

Nota Técnica 167/2023

Pleitos do município de Santa Cruz do Escalvado/MG para construção do sistema de esgotamento sanitário - SES - da sede do município, no valor de R\$ 3.658.368,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e oito reais), e para aquisição de terreno para implantação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE", no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Os novos pleitos enquadravam-se nas ações previstas nos itens 8.3 e 8.4 do Anexo C da Nota Técnica nº 121, respectivamente. Foi apresentado quadro síntese dos recursos do município para esgotamento sanitário com Saldo de correção do IPCA* de SES após a aprovação do pleito R\$ 1.916.935,32.

Nota Técnica 168/2023

	<p>Pleito do município de Timóteo/MG para implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES - para atendimento dos bairros Cachoeira do Vale e Santa Rita, no valor de R\$ 4.387.493,16 (quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e noventa e três reais e dezesseis centavos). O novo pleito enquadrava-se no item 8.3 do Anexo C da Nota Técnica CT-SHQA nº 121, que se refere à ação de “Execução de obras de esgotamento sanitário (SES) e de gestão de resíduos sólidos (RSU)”. Foi apresentado quadro síntese dos recursos do município para esgotamento sanitário com Saldo de correção do IPCA* de SES após a aprovação dos pleitos de R\$ 1.184.149,85.</p> <p>A coordenadora informou que, após análise dos documentos entregues pelos municípios para sustentação dos referidos pleitos e verificação de aderência das solicitações ao escopo do PG31, a Câmara Técnica entendeu pela aprovação dos pleitos.</p>
Manifestação	Joyce Gonçalves afirmou que a Fundação Renova não registraria nenhuma objeção ao apresentado.
Deliberação n.719	Aprovada.

Por fim, às dezessete horas e quinze minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, Célia Melo finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=qkHmhtE4zvo> e presencialmente na cidade de Vitória/ES teve início o segundo dia da 71ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)	
3.1 Referendo da Deliberação CIF 704, já apresentado na 70ª Reunião Ordinária do CIF	
Discussão	<p>Thales Altoé retomou brevemente a apresentação do Modelo Técnico Consolidado, cujo objetivo era a introdução da compreensão ampla do desastre a leitores leigos; o trabalho gerou dois produtos: um texto que prioriza a compreensão e uma planilha que contempla maior detalhamento técnico. O Modelo foi construído como visão consensuada dos órgãos públicos e atende à Deliberação CIF nº 647. Após manifestação, Thales Altoé reforçou que o objetivo do trabalho era de consolidação da visão técnica do desastre por parte dos órgãos, não cabendo a participação da Fundação Renova no processo, diante das recorrentes discordâncias em relação a pontos basilares conforme já registrado nos autos do TRF. Em relação aos pontos elencados pela Fundação Renova em ofício, solicitou apoio da IAJ para resposta, por se tratarem de questões majoritariamente jurídicas e administrativas. Rodrigo Agostinho sugeriu encaminhamento da questão à Procuradoria Federal do IBAMA, caso necessário. Margareth Saraiva lembrou histórico de curva de aprendizagem durante o tempo de atuação do sistema CIF e reforçou a importância da aprovação do trabalho. Jadilson Gomes também registrou posicionamento favorável ao referendo. Luis Gabriel Mendoza questionou a risco de judicialização futura da questão, levando em consideração o impacto prático na revisão do escopo dos programas. Moara Giasson reforçou que a intenção do trabalho era verificar todos os danos identificáveis e averiguar se as ações em curso abrangiam de maneira satisfatória os impactos para correção; ainda, sugeriu encaminhamento da questão para apoio jurídico e definição de prazo para análise pelas Câmaras Técnicas, reforçando que a participação da Fundação Renova poderia ser assegurada no âmbito das CTs. Renato Miranda sugeriu a inclusão das adaptações elencadas durante o debate para efetivo referendo da deliberação já aprovada. Após debates, o ponto de pauta foi adiado para ajustes no texto e, por fim, votação.</p>
Manifestação	<p>Diego de Moraes reforçou posicionamento de importância da contribuição técnica por parte da Fundação Renova, que não foi parte incluída no processo. Ainda, a Fundação Renova havia feito pontuações de preocupação técnica. Janine Cabral registrou que, tendo em vista o encaminhamento à IAJ para emissão de parecer, não seria razoável o referendo, diante de risco de parecer jurídico contrário.</p>

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)	
4.1 Nota Técnica Intercâmara CT-EI, CT-GRSA e CT-PDCS nº 01/2023 - Análise do Plano de Trabalho em cumprimento da Deliberação CIF nº 661/2023 - já apresentada na 70ª Reunião Ordinária do CIF	
Discussão	<p>Juliana Valory retomou brevemente a apresentação feita durante a 70ª Reunião Ordinária do CIF, relativa à Nota Técnica Intercâmaras produzida pelas CTs EI, GRSA e PDCS, sobre análise do plano de trabalho apresentado pela Fundação Renova em cumprimento das determinações da Deliberação CIF 661. Em 2020, foi aprovada Deliberação CIF 378 sobre plano de ação em períodos chuvosos; em seguida, foram elaboradas algumas notas técnicas a partir de trabalho dos técnicos do Espírito Santo de mapeamento de mancha de inundação durante período chuvoso, além de análises laboratoriais que constataram a presença de material ligado ao desastre. A Deliberação CIF 633 previa a realização de levantamento das propriedades atingidas pelo depósito de sedimento nas margens após a cheia de 2021/2022, proposição de ações para recompor a capacidade produtiva do solo, analisando as manifestações dos proprietários; proposta de monitoramento contínuo em complemento ao PMR e, por fim, apresentação de proposta de Fluxo de Comunicação e Ação para, em caso de deposição de sedimentos em localidades atingidas por cheia, os proprietários pudessem solicitar à Fundação Renova as providências que se fizessem necessárias. Após análise do Plano de Trabalho entregue, as Câmaras debateram para construção de consenso com a Fundação Renova alguns pontos, restando como ressalva apenas a premissa de nexo causal apontada pela Fundação Renova como condicionante para atendimento relacionado à recomposição de capacidade produtiva do solo de propriedades rurais impactadas e a utilização de quatro diferentes bases de dados para levantamento. A Nota Técnica Intercâmaras apontava as adequações necessárias, como o entendimento de que as ações do PG17 poderiam, sempre que necessário, serem acrescidas de ações complementares com objetivo de atender a retomada da atividade produtiva nas áreas de deposição do sedimento. Ainda, solicitam maiores detalhamentos em relação ao Fluxo de Comunicação e Ação, a ser entregue. Emília Brito complementou apresentação informando sobre importância de monitoramento dos pontos da mancha de inundação para comparação de série histórica e acompanhamento da qualidade do solo ao longo do tempo. Com o objetivo de fortalecer o plano, foram realizadas reuniões gerenciais entre CT-GRSA e Fundação Renova para ajustes e construção de consensos. Por fim, foi recomendada a aprovação com ressalvas do Plano de Trabalho entregue pela Fundação Renova, considerando o exposto na Nota Técnica Intercâmaras 01/2023/CT-GRSA/CT-EI/CT-PDCS; as ressalvas registradas buscavam assegurar atendimento às propriedades rurais atingidas, além de outras possivelmente identificadas a posteriori, além de apresentação de base de dados vetorial georreferenciada (arquivo com extensão shapefile), com as informações do cadastro da Fundação Renova e demais dados públicos de forma unificada, atualização de análises, unificação de metodologia. Após manifestação, Margareth Saraiva lembrou as determinações da Deliberação CIF 378, voltadas para o atendimento dos territórios impactados pela poluição através da movimentação do rejeito por enchentes, gerando novas áreas impactadas. A membro reforçou que não caberia ao PG17 responder integralmente pelo que foi apresentado; a reivindicação não seria de limitar-se ao PG17, mas sim, com a evolução e o desenvolvimento do entendimento sobre a dinâmica do desastre, compreender os melhores caminhos para atender aos impactos gerados pelo desastre como um todo.</p>
Manifestação	<p>Maurício Kowarick reforçou o dissenso por parte da Fundação Renova, já registrado em ofício, referente ao atendimento pelo PG17 de propriedades elencadas através de mancha de inundação que ainda não era conclusiva. Reforçou a importância de estudos que comprovassem o nexo de causalidade para atendimento via programa reparatório. Por fim, registrou ponto de discordância quanto a ampliação de público generalizada proposta, uma vez que a delimitação do público atendido pelo PG17 orientava-se pela definição de impacto direto. Após aprovação da deliberação, Janine Cabral solicitou registro de alteração do prazo para entrega do Fluxo de Comunicação de 15 para 30 dias, em consenso com a Câmara Técnica.</p>
Deliberação nº 720	Aprovada.

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)

3.1 Referendo da Deliberação CIF 704, já apresentado na 70ª Reunião Ordinária do CIF - RETOMADA

Discussão	Moara Giasson apresentou sugestões para estruturação do texto da deliberação. Thaís Vilas Boas manifestou preocupação em relação a possíveis questionamentos por parte da Fundação Renova e solicitou definição de atores responsáveis pela elaboração do Modelo Consolidado Socioeconômico. Renato Miranda reforçou a importância da manutenção dos trabalhos do CIF independentemente de discordâncias com a Fundação Renova. Jadilson Gomes sugeriu a coordenação do novo trabalho por parte da CT-OS, devido a transversalidade do tema entre várias Câmaras Técnicas. Feitas alterações no texto da minuta de deliberação para contemplar sugestões e melhor formato de trabalho para GT de elaboração do Modelo Técnico Conceitual Socioeconômico, sob coordenação da CT-OS, assim como suporte por parte da Instância de Assessoramento Jurídico.
Deliberação nº 704	Aprovado referendo da Deliberação CIF 704.

Item 4 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)

4.2 – EXTRAPAUTA – Nota Técnica nº 127/2023/CT-EI

Discussão	Ana Ivone Marques realizou apresentação do item extrapauta da CT-EI, referente a análise de solicitação de Aditivo de valores Projeto de Implementação da Cadeia Produtiva da Fruticultura em Áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Bacia do Rio Doce. O projeto estava inserido no âmbito do PG18, com objetivo de contribuir para revitalização de forma ampla (ambiental, produtiva, econômica, social e cultural) nos assentamentos da reforma agrária atingidos na região por meio do fortalecimento das cadeias produtivas de frutíferas adaptadas à região do Vale do Rio Doce, por meio incentivo à produção, promoção ao cooperativismo, conscientização e qualificação dos produtores e beneficiamento da matéria prima gerada. A CT-EI analisou as justificativas apresentadas para a solicitação de aditivo: o projeto tinha cronograma de execução de 3 anos, de julho de 2021 a julho de 2024; contudo, em julho de 2023, foi verificada a impossibilidade de finalização das atividades com o valor orçamentário previsto, considerando aumento dos preços de serviços, insumos, equipamentos e materiais necessários à plena execução do projeto, destacando-se como motivos a inflação, a desvalorização da moeda nacional (real) frente ao dólar e os efeitos da pandemia COVID-19. Foi feita apresentação por parte da Fundação Renova dos resultados já alcançados e de proposta de aditivo no valor de R\$1.499.018,11 (Um milhão quatrocentos e noventa mil e dezoito reais e onze centavos), visando corrigir a defasagem financeira frente aos altos índices de inflação acumulados no período, ampliando as condições para conclusão da construção da agroindústria, além da continuidade de contratação especializada da equipe técnica para o acompanhamento da produção, fortalecendo as ações do projeto sem prejuízo às metas propostas. Após análise dos documentos apresentados junto aos Grupos de Trabalho, verificação do orçamento aprovado para o PG18 e orientações à Fundação Renova, a Câmara Técnica de Economia e Inovação entendeu pela pertinência da aprovação da solicitação de aditivo.
Manifestação	Diego de Moraes registrou a importância do projeto no âmbito do PG18 como contribuição na diversificação e geração de renda e confirmou a concordância da Fundação Renova quanto ao exposto.
Deliberação nº 721	Aprovada.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)

5.3 - EXTRAPAUTA

Discussão	O Presidente Rodrigo Agostinho informou sobre proposta de alteração no escopo do PG29, consensuada entre IBAMA, CT-Bio e Fundação Renova, que transferiria a responsabilidade de construção dos CETAS referenciados na Cláusula 167 do TTAC ao IBAMA, ficando obrigatório o custeio da operação à Fundação Renova. A justificativa para tal transposição de competência seria a evidente morosidade no processo executado pela Fundação Renova, registrado em extensas negociações e discordâncias com a CT-Bio. Após leitura da minuta de deliberação, Thaís Vilas Boas sugeriu a inclusão de dispositivo que versasse sobre a atestado de conclusão de cláusula por parte da auditoria externa. Inseridos ajustes no texto da minuta de deliberação para manifestação pela auditoria quanto ao cumprimento das obrigações da cláusula 167. Por fim, Rodrigo Agostinho explicou que a medida
------------------	---

	<p>buscava celeridade na execução da obrigação e esclareceu que os valores já despendidos em estudos e projetos conceituais seriam descontados do montante. Margareth Saraiva questionou a questão de repasse do recurso, e Rodrigo Agostinho sugeriu a inserção no texto de repasse extrajudicial. Renato Miranda sugeriu revogação do instrumento de Revisão Extraordinária do TTAC, o que foi incluído no texto da minuta de deliberação. Frederico Drummond registrou concordância por parte da Câmara Técnica e reforçou não se tratar de alteração do TTAC, e sim da forma de execução da obrigação. Jadilson Gomes questionou quanto a correção do valor estipulado por IPCA, ao que Juliana Bedoya respondeu como não sendo correção estabelecida pelo TTAC.</p>
Deliberação n° 722	Aprovada.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)	
5.2 Continuidade do compromisso de consolidação do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Santa Cruz” em atendimento à cláusula 182 do TTAC	
Discussão	<p>Fernando Repinaldo fez explicação sobre a Cláusula 182 do TTAC, previsão de consolidação das Unidades de Conservação e localização da APA Costa das Algas e do REVIS Santa Cruz; o refúgio se localizava no interior da APA como áreas integradas geridas em conjunto, com foco na proteção da fauna, da flora, dos recursos pesqueiros, proteção e valorização da pesca com garantia de sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros e naturais, além do uso da costa marítima para fins científicos e educacionais. Informou que a CT-Bio, em entendimento com ICMBio, especialistas e Fundação Renova consolidou o entendimento exposto em Nota Técnica de 2018 sobre o que deveria ser as Unidades de Conservação, como conjunto de condições e processos que permitam o alcance de seus objetivos e sua manutenção a longo prazo, assim como sua sustentabilidade e capacidade operacional e gerencial. Os elementos envolvidos seriam insumos, ferramenta de gestão, promoção de governança participativa e equitativa, sustentabilidade financeira e apropriação dos valores das UCs pela sociedade. A consolidação começou a ser implementada efetivamente no final de 2018 após celebração de acordo de cooperação entre ICMBio e Fundação Renova, que estava prestes a ser concluído em 2023. Houve importantes avanços na fase de consolidação, como aprovação do orçamento no CIF; todavia, a execução do aprovado foi relativamente baixa. Apesar da pouca evolução na execução, houve ganhos significativos; como principal produtivo, houve a publicação do Plano de Manejo, como documento norteador para ações futuras. Ainda, faz-se a pontuação de que grande parte do período de duração do acordo convergiu com o período de duração da pandemia de COVID-19, o que acabou por impactar na execução. Além disso, algumas mudanças de estratégia foram praticadas durante o período de execução para melhor aproveitamento. Por fim, informou que o saldo restante de orçamento era aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Informou sobre previsão de reformulação do acordo diante da publicação do Plano de Manejo, o que estaria coincidindo com a finalização do acordo vigente, além de necessidade de validação do compromisso orçamentário no CIF. O Plano de Manejo, documento norteador das próximas fases de manutenção, teria caráter estratégico, prevendo a execução de 20 programas para atendimento das necessidades da gestão. Considerando a necessidade de continuidade do compromisso de consolidação e a impossibilidade jurídica de renovação do acordo vigente, foi identificada a importância de terceiro ente envolvido; Funbio foi a instituição apresentada pela Fundação Renova e recepcionada pelo ICMBio. Por fim, apresentou os indicadores de avanço da linha de base das UCs e simulação da execução orçamentária para os 20 programas de ação em 10 anos futuros. O compromisso da consolidação apresentaria custo total aproximado de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerando a dinâmica de execução dos 10 anos futuros; ainda, mediante o saldo atual de R\$ 10.000.000,00, seria necessário o aporte de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais). Fernando Repinaldo finalizou apresentação com leitura da minuta de deliberação. Após manifestação, Frederico Drummond registrou concordância com as sugestões e registrou a importância de celeridade nos trâmites de execução orçamentária. Jadilson Gomes sugeriu inserção no texto de averiguação pela Ernest & Young para o processo de encerramento do item da cláusula. Feitos ajustes no texto de determinação de prazo na minuta de deliberação.</p>
Manifestação	<p>Brígida Maoli fez sugestão de inserção de dois pontos de ajuste na minuta de deliberação: por se tratar de valor não aprovado, a Fundação Renova sugeriu pagamento mediante revisão orçamentária da Fundação Renova, para aprovação no âmbito da governança interna; ainda, a previsão de cumprimento de obrigação relativo ao tema no âmbito da Cláusula 182.</p>

Deliberação n° 723	Aprovada.
---------------------------	-----------

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE (CT-BIO)

5.1 Aprovação da proposta de premissas para a continuidade do Programa de Monitoramento da Biodiversidade Aquática na porção capixaba da bacia do rio Doce e zona costeiro - marinha adjacente.

Discussão	<p>Frederico Drummond fez apresentação do histórico de tratativas sobre o tema no âmbito do CIF que, diante de recorrentes discordâncias com a Fundação Renova, gerou judicialização da questão fora dos Eixos Prioritários. Apesar da judicialização, o monitoramento não foi paralisado, e foram alcançados consensos entre a CT-Bio e a Fundação Renova quanto a ajustes metodológicos; por fim, a decisão judicial foi expedida, determinando perícia judicial. Contudo, considerando os avanços alcançados no tocante à continuidade do monitoramento enquanto a questão era tratada juridicamente, a CT-Bio compreendeu que a realização de perícia poderia incorrer em paralisação dos trabalhos de maneira contraproducente. Portanto, o monitoramento seria continuado considerando nova etapa voltada à efetividade das ações de reparação, através de novos moldes e novos objetivos principais. Em seguida, o coordenador fez apresentação das premissas do escopo do monitoramento. A nova etapa do monitoramento ainda teria escopo aprovado e edital de contratação lançado, portanto, a previsão seria o início do novo monitoramento durante campanha seca de 2024, porém, considerando o início da campanha chuvosa em 2023 em preve, para evitar descontinuidade e perda de dados, a CT-Bio solicitou que o atual monitoramento se mantivesse até o início do novo monitoramento. Joice Lopes solicitou destaque para a Bacia Hidrográfica do Riacho na minuta de deliberação. Frederico Drummond informou que a aprovação tratava-se de premissas do escopo de monitoramento, o que impediria o detalhamento de locais ou microrregiões específicas, pois o monitoramento abrangeria a porção completa atingida, logo, o PMBA não teria condições de ofertar a resposta solicitada. f Carlos Thomé reforçou que, através do escopo aprovado, poderiam avançar futuramente na determinação das áreas a serem monitoradas. Moara Giasson questionou sobre o consenso da continuidade do monitoramento durante período de transição. Frederico Drummond informou sobre documento apresentado pelas mineradoras apresentando consenso. Reginaldo Nascimento questionou sobre o alcance das premissas ao estado da Bahia e informou sobre reconhecimento de contaminação da região pelo Poder Público. Ainda, informou sobre ofício de determinação às Câmaras Técnicas de realização de estudos segundo documentação repassada. Frederico Drummond informou que a malha amostral atual do PMBA contemplaria o território da Bahia; já a manutenção dos pontos seria definida em passo futuro de aprovação de escopo metodológico. Em relação à APA estadual, Frederico Drummond reforçou solicitação às Câmaras Técnicas para que contribuíssem em relação às análises sobre o tema de inclusão do sul da Bahia como área atingida. A CT-Bio registrou que o ofício foi encaminhado às coordenações de Câmaras Técnicas na data de 11 de setembro de 2023. Jadilson Gomes solicitou reencaminhamento ao CIF. Luís Gabriel Mendoza sugeriu envio por parte da SECEX para reforço da manifestação das Câmaras Técnicas.</p>
Manifestação	Brígida Maoli informou a impossibilidade de alterar premissas apresentadas e acordadas em processo judicial. Informou que a Fundação Renova não registraria manifestação distinta daquela registrada em processo judicial.
Encaminhamento E71 –5.1	A CT-Bio reencaminhará o ofício à SECEX/CIF para distribuição entre as Câmaras Técnicas e provocação para manifestação sobre o tema.
Deliberação n° 726	Aprovada.

FALA DOS ATINGIDOS

Dia 28/09/2023

Discussão	Valeriana Gomes registrou pedido de realização das reuniões ordinárias do CIF em capitais para facilitar a acessibilidade. Relatou a falta de pagamento das indenizações e auxílios necessários e pediu que
------------------	---

atentassem aos pagamentos, em especial diante da chegada do período chuvoso. Joice Lopes questionou a falta de cumprimento do custeio de pessoas atingidas via TAC-GOV e a falta de pagamento do lucro cessante por parte da Fundação Renova e, por fim, reforçou a importância da retomada das atividades da CT-OS. Januário Costa reforçou a necessidade de ação em relação à contaminação presente nos corais da Bahia e assistência aos pescadores que tinham sido afetados pelo desastre. Afirmou que os pescadores não conseguiam suporte através da Fundação Renova e enfrentavam adoecimento e finalizou solicitando a realização de estudos para averiguação dos impactos socioeconômicos no sul da Bahia. Jeferson Silva registrou sua indignação com a postura da Fundação Renova e afirmou que a profissão do pescador estava ruindo em desvalorização. Relatou que os pescadores enfrentavam grandes sofrimentos por não conseguirem sua subsistência e reforçou solicitação de estudos de cunho socioeconômico no sul da Bahia. Josiel Santos relatou que os pescadores do sul da Bahia estavam passando por necessidade devido à escassez dos recursos pesqueiros e a mortes de crustáceos nos manguezais e reforçou que os atingidos queriam justiça. Moniele Silva informou que as saídas para pesca eram insuficientes para subsistência dos pescadores, pois se deparavam com muitos animais mortos nos rios e manguezais e clamou para que o Poder Público fosse a território para aferir o sofrimento físico e mental das populações. Maria D'Ajuda Castro relatou sobre endividamento dos pescadores, que não mais conseguiam cobrir as despesas de saída para alto mar, o que incorria em adoecimento mental e físico dos trabalhadores. Reforçou pedido de justiça por parte da Fundação Renova, pois os pescadores arriscavam suas vidas em alto mar e não estavam conseguindo subsistir. Eloi Oliveira relatou sobre adoecimentos relacionados ao consumo de caranguejo após o desastre, incluindo seu próprio filho, que atualmente fazia uso de medicamentos caros para controle da enfermidade. Também reforçou pedido de realização de estudos socioeconômicos no sul da Bahia. Reginaldo Nascimento solicitou a exibição de vídeos sobre a situação na Bahia e pediu que o ofício da CT-Bio fosse encaminhado para as Câmaras para recepção das demandas do estado da Bahia. Josival Costa denunciou que não havia acompanhamento por parte de autoridades sobre o pescado contaminado que estava sendo comercializado e reforçou que o mar não possuía barreiras para cessar a contaminação, devendo o estado da Bahia ser contemplado pela reparação, diante da comprovação de contaminação em Abrolhos. Augusto José Santana relatou as dificuldades enfrentadas pelos pescadores que sequer conseguiam participar das reuniões para reivindicar seus direitos. Relatou situação de miséria de algumas famílias impactadas pelo enfraquecimento da capacidade de pesca e do turismo em Abrolhos. Liberina Barbosa agradeceu ao CIF pela recepção das demandas e clamou pela tomada de ação para garantia de indenização dos pescadores que estavam sendo negligenciados pela Fundação Renova. Relatou pagamento realizado pela Fundação Renova sem diálogo com o sindicato dos pescadores, o que gerou o pagamento de algumas pessoas, enquanto outras padeciam desassistidas. Relatou adoecimento mental e desvalorização da profissão. Genilson Neves fez explicação sobre dinâmica de correntes marinhas, que geravam impacto generalizado tanto no Espírito Santo quanto na Bahia. Também relatou as dificuldades de subsistência enfrentadas desde 2016, assim como impactos na saúde da população. Marcos Pereira fez relato sobre impactos nos camarões e nos pescados, causando contaminação acumulada ao ser humano consumidor e alegou que a Fundação Renova havia promovido o pagamento de alguns pescadores deixando uma grande parte dos pescadores atingidos de fora da indenização. Por fim, argumentou que a negativa de reconhecimento baseada na moradia em Vitória/ES era inconsistente, visto que a pesca ocorre em alto mar sem a delimitação de barreiras geográficas. Nilo Ferreira exibiu registro de pescador e afirmou que, com base na exigência do documento, a Fundação Renova havia realizado pagamentos indevidos a público que não atuava na pesca enquanto os verdadeiros pescadores seguiam desassistidos, pois não havia delimitação de barreira física que impedia os rejeitos de chegarem a outras regiões dentro da dinâmica de marés e correntes. Rogério Itaipava, representante do SINDIPESCA, relatou dificuldade enfrentada pelos pescadores, que antes conseguiam sua subsistência com apenas 15 dias de trabalho em alto mar e hoje, com o dobro de tempo e recursos despendidos, não conseguem assegurar o mínimo para sobreviver com dignidade. Jaciel Leite pediu que o CIF olhasse para a classe que estava padecendo de adoecimento mental, endividamento e problemas familiares. Manoel Santos relatou ligações de empresa de energia e da Fundação Renova questionando locais de residência, porém, apesar de residir em Vila Velha, seu local de trabalho era na região do rio Doce. Ainda, relatou perda de valor de mercado do pescado, impactando na subsistência de muitas famílias. Romildo Rodrigues relatou sobre prejuízos enfrentados por donos de barco desde 2016 que não conseguiam manter o pagamento dos trabalhadores da cadeia da pesca. Ainda, precisou realizar a venda de propriedades para manter sua subsistência, além de casos de adoecimento mental por parte de seus familiares. Ainda, precisou realizar a venda de propriedades para manter sua subsistência e enfrentou o

adocimento mental de seus familiares devido ao endividamento. Valmir de Souza questionou o pagamento para pescadores da Praia do Suá diante da exclusão dos pescadores de Vitória e reforçou que a pesca não acontece em casa e sim em alto mar. José Carlos dos Santos relatou problemas de saúde enfrentados desde o rompimento da barragem, além das mortes de pescados que não eram reconhecidas pela Fundação Renova. José Augusto dos Santos afirmou que a Fundação Renova havia realizado ligações a sua residência questionando local de moradia para determinação de direito a indenização. Vagner Vila Flor registrou indignação com o condicionamento do pagamento ao local de moradia por parte da Fundação Renova, pois a pesca acontecia no mar e não dentro de casa. Relatou situação em que retornou do mar e deparou-se com sua luz cortada; em saída para o mar, retornou apenas com 3kg de peixe e ao realizar a divisão entre os trabalhadores do barco, restou apenas 1,5kg para venda após longo esforço de trabalho. Por fim, questionou o que mais seria necessário para comprovar à Fundação Renova que os pescadores eram merecedores justos de indenização.

Por fim, às dezessete horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, Célia Melo finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=4-zhphberG4&t=119s> e presencialmente na cidade de Vitória/ES teve início o terceiro dia da 71ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG

Item 7 – Secretaria- Geral da Presidência da República	
7.1 Exposição das demandas e dos posicionamentos do CIF a respeito das pessoas e territórios atingidos da Bahia.	
Discussão	<p>Luiza Dulci registrou que a solicitação de pauta tratava-se de proposta de nivelamento de informações disponíveis no âmbito do CIF a respeito das demandas apresentadas por pessoas atingidas da Bahia para construção de possíveis caminhos de resposta, considerando os ritos e fluxos do sistema CIF. Gerlena Siqueira, Procuradora Federal junto ao IBAMA, explicou sobre balizas de atuação impostas pelo TTAC ao CIF e sobre seus ritos decisórios que eram pautados pelas manifestações das Câmaras Técnicas. Reforçou a posição de disponibilidade da IAJ para assistência e segurança jurídica das decisões do Comitê após realização dos debates no âmbito da Câmaras Técnicas. Luis Gabriel Mendoza relembrou pontuações do dia anterior, nas quais foi informado sobre ofício emitido pela CT-Bio com solicitação de manifestação por parte das demais Câmaras Técnicas. João Carlos Thomé fez relato sobre a Reunião Intercâmaras, na qual foi exposta às demais CTs a bagagem documental disponível da CT-Bio em relação à contaminação na área da Bahia, e feita solicitação para manifestação das demais. O representante do ICMBio reconheceu as dificuldades operacionais das Câmaras Técnicas para processamento de documentos e reforçou a importância dos subsídios para que as CTs socioambientais realizassem suas análises e manifestações. Thaís Vilas Boas agradeceu a presença e apoio da IAJ e reforçou a necessidade de orientação jurídica para as ações do CIF, em especial em relação às demandas apresentadas por atingidos da Bahia, diante de recente decisão judicial de paralisação do Eixo Prioritário 14, que culminaria em perícia judicial. Gerlena Siqueira informou que a IAJ estava passando por momento de reestruturação formal, dependendo de oficial de novo formato e colaboradores para acompanhamento e gestão das demandas judiciais e reforçou as delimitações do TTAC e a importância de encaminhamentos de bases técnicas. Joice Lopes lamentou a informação sobre o Eixo Prioritário 14, pois tal ação fragilizaria a luta de pessoas atingidas pelo reconhecimento de novas áreas, incluindo a legitimidade da Deliberação CIF 58; reforçou a importância da realização de estudos que delimitassem a totalidade da área atingida pelo desastre para adequado atendimento às pessoas atingidas. Jadilson Gomes manifestou ser louvável a postura da membro Luiza Dulci, porém reforçou a importância de pleitos de reconhecimento de áreas atingidas no sul do Espírito Santo. Quanto ao reconhecimento do estado da Bahia, afirmou não possuir subsídios técnicos suficientes para emissão de manifestação assertiva. Em seguida, Luis Gabriel Mendoza esclareceu que o Poder Público, através de seus órgãos, não teria competência suficiente para realização dos estudos socioeconômicos necessários, cabendo esta incumbência à empresa responsável pela reparação, para posterior análise dos dados e parecer técnico por parte dos servidores. Moara Giasson também registrou surpresa com relação à informação sobre o Eixo</p>

Prioritário 14, uma vez que a realização de perícia judicial sobre o tema seria de grande importância para a decisão do Comitê, dadas as limitações jurídicas e operacionais do sistema. Em seguida, sugeriu encaminhamento da questão à IAJ para orientação jurídica sobre caminhos e possibilidades de atuação do sistema CIF em torno da questão, considerando a necessidade de lastro técnico e de segurança jurídica do CIF para tomada de decisão. Margareth Saraiva concordou com a proposição de Moara Giasson, lembrando as dificuldades operacionais de Câmaras Técnicas, em especiais aquelas de temáticas socioeconômicas, considerando sua maior subjetividade e fragilidade de base de dados, o que recorrentemente culminava em discordâncias com a Fundação Renova. Reforçou que a Procuradoria Geral do Espírito Santo seguia em ação para garantia do reconhecimento de novas áreas. Luiza Dulci concordou com a proposta de encaminhamento apresentada por Moara Giasson, considerando a importância de encaminhamentos frutíferos e efetivos; ainda, sugeriu a coordenação da ação da IAJ à participação das coordenações de Câmaras Técnicas. Gerlena Siqueira concordou com a proposta e reforçou a importância de consultas objetivas para que a manifestação da IAJ gerasse resposta assertiva à questão. Reginaldo Nascimento questionou o alongamento do prazo para devolutivas, lembrando autorização para realização de estudos na Bahia em 2018. Joice Lopes retomou fala para cobrar respostas às demandas encaminhadas por pessoas atingidas e questionar a ausência de participação do Ministério Público. Gabriela Queiroz fez fala sobre segregação da Bahia praticada pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; afirmou que atingidos haviam apresentado vários documentos relacionados à contaminação no sul da Bahia e questionou falta de ação, além de apontar a necessidade de indenização por parte das empresas culpadas pelo desastre. Margareth Saraiva esclareceu que sua fala não continha qualquer intenção de segregação entre estados, pelo contrário, buscava meios de fortalecer a defesa de novas áreas diante da atual dificuldade operacional das Câmaras Técnicas. Explicou que o CIF buscava integrar as orientações do TTAC e as ocorrências judiciais para atender às demandas trazidas por todos os atingidos, não podemos ser apresentada solução automática e ilusória que desconsiderasse os desafios da realidade. Gerlena Siqueira respondeu que, tratando-se de ação condizente com a realidade da IAJ, não poderia ser oferecido prazo irreal para resposta, por questão de responsabilidade e respeito com as expectativas dos envolvidos, uma vez que o tema era sensível e orientações jurídicas apressadas e equivocadas poderiam incorrer em perdas processuais significativas. Para solução das pontuações apresentadas a respeito da ausência de prazo, Luiza Dulci finalizou os debates sugerindo a participação de representante da IAJ em reuniões do CIF para informes sobre os avanços na questão, o que foi consensuado pelos presentes.

**Encaminhamento
E71 – 7.1**

Encaminhamento de material produzido pela CT-Bio para as demais Câmaras Técnicas para conhecimento, desconsiderando o prazo estabelecido em ofício de 30 dias. Em paralelo, será encaminhada à Instância de Assessoramento Jurídico (IAJ) consulta para orientação sobre as possibilidades de atuação do CIF quanto ao reconhecimento de novas áreas impactadas, em especial tratando-se das demandas do estado da Bahia, tendo em vista a não participação do estado na TTAC. Solicita-se, ainda, a participação de representante da IAJ em próximas Reuniões Ordinárias do CIF para realização de informes sobre os avanços alcançados, a título de acompanhamento da questão pelos membros do CIF.

FALA DOS ATINGIDOS

Dia 29/09/2023

Discussão

Josival Costa fez apresentação aos presentes de unidades de pescados contaminados e com cânceres expostos e afirmou que a realidade exposta era ignorada pela Fundação Renova e afirmou que o pescado contaminado seguia sendo comercializado. Ainda, relatou que muitos pescadores não queriam expor a contaminação para continuarem vendendo, pois não poderiam perder sua fonte de renda, mesmo que comprometida. Luiz Carlos Peixoto agradeceu ao CIF pela recepção das demandas relativas ao estado da Bahia e afirmou parecer do MPF que atestava a existência contaminação ambiental, urgindo a realização de estudos socioeconômicos para aferição dos impactos e, sequentemente, a reparação justa aos atingidos. Gabriela Queiroz se desculpou pelas falas exaltadas direcionadas a membro Margareth Saraiva e pelos ataques ao governo do Estado do Espírito Santo. Sinval Soares relatou que desde os 12 anos de idade atuava na pescaria e até o dia de hoje, com 56 anos de idade, nunca tinha vivenciado tamanha escassez de recurso pesqueiro, culminando na falta de alimento na mesa dos pescadores. Afirmou que a negligência com os pescadores do sul da Bahia era covardia por

parte dos responsáveis. Manoel da Costa relatou sobre piora crescente da escassez de camarão. Augusto José Santana expôs impactos no turismo e na pesca e casos recentes de tartarugas com tumores e pediu que os problemas dos atingidos fossem resolvidos, pois não tinham recursos para continuar participando de reuniões. Lídia de Paula pediu que os representantes do sul da Bahia se levantassem e registrou que os atingidos ali presentes não representavam sequer 5% das pessoas que continuavam padecendo em território e afirmou que os verdadeiros donos do processo eram as pessoas atingidas, e não advogados. Relatou sobre zonas ribeirinhas em extrema vulnerabilidade, sem acesso à assistência jurídica, que precisam de justiça pois foram impactados. Lúcio Rios reforçou a importância do respeito aos trabalhos do CIF pela reparação e reforçou a participação de atingidos de Mucuri/BA que saíram às 2h da manhã para participar da reunião do CIF e pleitear seus direitos. Explicou a localização geográfica de Mucuri em fronteira com Conceição da Barra/ES e, portanto, impacto advindo da onda de lama. Reforçou a manutenção do respeito aos participantes da reunião e lembrou que as empresas mineradoras eram as verdadeiras responsáveis pelo rejeito de minério contaminando o oceano e, portanto, sendo empresa de função social no Brasil, tinha obrigação de reparação através da Fundação Renova. Considerando a incontroversa contaminação na região da Bahia, reforçou a importância da ação do CIF para assegurar o atendimento às necessidades dos atingidos da Bahia. Wilson Luiz relatou conversa com juiz na qual questionou o que mais seria necessário para assegurar o atendimento aos atingidos da Bahia, ao que o juiz respondeu como sendo necessária a realização de estudos para determinação de indenização à Bahia. Portanto, solicitam a realização dos estudos com urgência. Jessé Oliveira reforçou fotos de cânceres em pescados e pediu que o CIF reconhecesse a urgência da questão. Aleiton Ricardo Neves relatou a falta de recursos pesqueiros no mar que impedia a subsistência digna dos pescadores e de suas famílias desde 2015. Pediu rapidez nas respostas aos atingidos pois já haviam sofrido muitos prejuízos econômicos. Ciara da Pesca, vereadora de Conceição da Barra/ES, fez apelo sobre atingidos que não haviam sido indenizados e pediu que Braço do Rio, distrito de Conceição da Barra, fosse reconhecido como atingido no âmbito da Deliberação CIF 58. Edivaldo da Conceição reforçou a busca por direitos por parte dos pescadores que estavam enfrentando muitas dificuldades relacionadas à escassez de pescado relacionada ao desastre. Questionou sobre responsabilização das empresas contaminadoras.

Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

8.1 Plano de Ação de Saúde de Conceição a Barra/ES

Discussão

Paulo César, representante do município de Conceição da Barra/ES, iniciou exposição do Plano de Ação em Saúde do município com breve apresentação da extensão territorial, densidade demográfica e pirâmide de IDH do município, além de representação imagética da área afetada pela passagem da onda de rejeitos. Foi feita breve explicação sobre a estrutura de saúde pública do município, com atenção ao ponto referente à saúde mental, com a disponibilidade de apenas 1 psiquiatra e 4 psicólogos para atendimento a toda a população do município. Foi verificado, a partir de 2015, um aumento de doenças ligadas aos aparelhos digestivo, respiratório e circulatório, além de doenças parasitárias e tumores ligados ao sistema neurológico. Ademais, foram registrados aumentos de outros agravantes, como acidentes com animais peçonhentos, notificações compulsórias e arboviroses. Foram propostos 7 eixos de ação no Plano, que foi construído em diálogo com a comunidade:

1. Atenção Básica, com ações como contratação de equipe com nutricionista, psicólogo, enfermeiro, técnico de enfermagem e técnico administrativo; contratação de análise laboratorial e aquisição de veículo para transporte das equipes volantes
2. Saúde Mental, com ações como construção e equipagem de um CAPS-II, contratação de equipes profissionais para atendimento no CAPS-II, locação de veículo para transporte de pacientes e aquisição de instrumentais para avaliação nutricional dos pacientes
3. Vigilância Epidemiológica, com ações como contratação de enfermeiro, técnico de enfermagem e biólogo; locação de veículo e contratação de motorista para transporte da equipe de vigilância epidemiológica e reforma e equipagem da unidade de trabalho da vigilância em saúde.
4. Atenção Especializada, com ações como contratação de dermatologista, nutricionista e fisioterapeuta, locação de dois veículos para transporte de profissionais e locação de três veículos para transporte de pacientes e contratação de motorista.
5. Vigilância Ambiental em Saúde Ambiental e Zoonoses, com ações como contratação de biólogo, veterinário e enfermeiro, reforma e equipagem do espaço físico da vigilância em saúde ambiental,

	<p>locação de um veículo e contratação de motorista para transporte dos servidores da vigilância em saúde ambiental</p> <p>6. Vigilância em Saúde Sanitária, com ações como contratação de nutricionista, farmacêutico e enfermeiro, reforma e equipagem do espaço físico da vigilância em saúde sanitária, locação de um veículo e contratação de motorista para transporte dos servidores da vigilância em saúde sanitária</p> <p>7. Vigilância em Saúde do Trabalhador, com ações como contratação de enfermeiro, engenheiro em segurança do trabalho, técnico em enfermagem, reforma e equipagem do espaço físico da vigilância em saúde do trabalhador, locação de um veículo e contratação de motorista para transporte dos servidores da vigilância em saúde do trabalhador.</p> <p>Jadilson Gomes questionou a participação de comunidades quilombolas na construção do Plano de Ação em Saúde de Conceição da Barra e solicitou apresentação de comprovação da participação social na construção do plano respeitando as premissas da OIT 169. Paulo César e Lucas Marciano reforçaram a robustez do Plano proposto e informaram sobre anexos constando as atas de reunião do processo de escuta das comunidades. Juliane Barroso sugeriu a inserção de ressalva para garantir a demonstração de participação de comunidades quilombolas no processo. Inseridos ajustes na minuta de deliberação.</p>
Manifestação	Isabella Guerrero manifestou posicionamento da Fundação Renova de discordância metodológica e conceitual quanto à elaboração dos Planos de Ação em Saúde que, no entendimento da Fundação, deveriam embasar-se nos estudos em saúde humana conclusivos sobrenexo de causalidade com o rompimento.
Deliberação n.º 724	Aprovada.

Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)	
8.2 Plano de Ação de Saúde de Periquito/MG	
Discussão	<p>Valdirene, representante do município de Periquito, iniciou apresentação do Plano de Ação em Saúde com breve exposição sobre as características populacionais, geográficas e estruturais em saúde pública do município. Informou que, após o desastre, houve aumento considerável de casos de câncer, adoecimentos relacionados ao aparelho circulatório e internações, além de alguns casos de leishmaniose e expressivos casos de violência doméstica; ainda, o município era dependente de algumas doações de água potável, o que aprofundava sua vulnerabilidade. A estrutura do Plano de Ação em Saúde apresentava 4 eixos de ação, sendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atenção Básica, com ações como aquisição de terreno, construção e equipagem de 1 UBS e 1 ESF, contratação de duas equipes multiprofissionais, aquisição de veículo para transporte de pacientes no tratamento em outros municípios e aquisição de duas ambulâncias; 2. Atenção Especializada, com ações como custeio de dermatologista, gastroenterologista, cardiologista e neurologista, através de repasse ao Consórcio Intermunicipal de Especialidades Médicas; 3. Assistência Farmacêutica, com ações como aquisição de medicamentos ansiolíticos e antidepressivos; 4. Vigilância Epidemiológica, com ações como contratação de 1 veterinário para atendimento de demandas de Leishmaniose visceral canina, equipagem do consultório veterinário e aquisição de bomba para bloqueio focal do mosquito palha. <p>Ao final das apresentações dos municípios, Lucas Marciano, coordenador da CT-SAÚDE, reforçou a importância da aprovação dos Planos de Ação em Saúde e reiterou a não aceitação do argumento de nexode causalidade para ação em saúde como apresentado pela Fundação Renova.</p>
Manifestação	Isabella Guerrero manifestou posicionamento da Fundação Renova de discordância metodológica e conceitual quanto à elaboração dos Planos de Ação em Saúde que, no entendimento da Fundação, deveriam embasar-se nos estudos em saúde humana conclusivos sobre nexode causalidade com o rompimento.
Deliberação nº 725	Aprovada.

FALA DOS ATINGIDOS - RETOMADA
Dia 29/09/2023

Discussão	<p>Roseno Leite argumentou que, nas falas dos atingidos e na apresentação dos pescados, era evidente a existência da contaminação, portanto, pediam ação imediata para atendimento aos trabalhadores que buscavam o sustento de suas famílias Jeferson Silva questionou o que alguém que tira a vida de outra pessoa deveria sofrer; afirmou que a Samarco e a Vale estavam tirando a vida das pessoas e não estavam sendo devidamente responsabilizados. Reafirmou com exaltação que havia pessoas morrendo em seus lares sem assistência. Wilson Luiz reforçou a existência da contaminação na região de Abrolhos tanto via satélite quanto através de análises no fundo do mar e pediu que fossem dadas as tratativas necessárias para que o Poder Judiciário determinasse a indenização à Bahia. Reginaldo Nascimento solicitou a reapresentação de vídeos apresentados no dia 28 de setembro de 2023; citou relatório da FEST cuja extensão de coletas para monitoramento demonstrava contaminação até a região da Bahia, porém alegavam que havia documentação apenas no âmbito da CT-BIO. Criticou a ausência de estudos e afirmou urgência na tomada de ação para garantir os direitos dos atingidos excluídos. Liberina Barbosa agradeceu novamente pela recepção do CIF aos pleitos dos pescadores profissionais de Vitória/ES e apresentou laudo médico de diagnóstico de glaucoma, que alegou ser resultado de seu sofrimento e sua luta pela reparação justa aos pescadores. Dr. Marcelo, cuja fala foi indicada por Liberina Gomes, reforçou a necessidade de isonomia e justiça na indenização de pescadores, pois alguns haviam recebidos pagamentos, enquanto outros recebiam negativas. Relatou que há anos os pescadores do Espírito Santo buscavam caminhos para êxito na reparação dos prejuízos sofridos, e esperavam encontrar ações concretas no CIF. Relatou argumentação da Fundação Renova de negativa aos pescadores não residentes em territórios atingidos, o que seria incompatível com a dinâmica da atividade laboral pesqueira. Jorge Birindiba afirmou ser uma vergonha a ausência da Fundação Renova durante as falas das pessoas atingidas, que relatavam as dificuldades vivenciadas e lamentou a situação de alguns companheiros pescadores que não tinham condições de participar na luta por direitos. Jaciel Leite solicitou que o CIF continuasse a trabalhar pela reparação e assegurasse os direitos dos pescadores, pois gerava indignação a inércia e a falta de assistência que enfrentavam. Damião Borges relatou que os pescadores estavam em luta desde 2017 e não conseguiam resposta da Fundação Renova, pois a pesca em determinadas regiões foi proibida, sob pena de multa, e ainda assim recebiam negativas quanto ao pagamento das indenizações. Relatou pescadores que conseguem retirar placas de minério com redes de pesca, o que tem afetado a qualidade e o tamanho dos pescados. Benedito Pereira registrou indignação com a postura da Fundação Renova, que se negava a pagar as indenizações aos pescadores, que estavam afetados desde Abrolhos até Guarapari, e questionou quanto as mineradoras lucravam com minério, afirmando não haver justificativa para a negativa de pagamento de indenização justa. Afirmou ainda que o pescado retirado do mar está contaminado e está sendo comercializado para consumo. Augusto Ribeiro relatou sobre impactos sofridos pela pesca no rio Doce e no mar do Espírito Santo, devido ao movimento das marés. Registrou adoecimento vivenciado pelos atingidos pela falta de assistência, endividamento e ausência de condições laborais. Por fim, relatou a perda de irmão pescador e pediu ação rápida por parte das autoridades. Ao final das falas, foi exibido vídeo elaborado por Gabriela Queiroz com imagens do território, realidade dos atingidos e contaminações encontradas nos pescados.</p>
------------------	---

Por fim, às dezessete horas e dez minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, Célia Melo, deu por encerrada a 71ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo.



Documento assinado eletronicamente por **CELIA REGINA MIRANDA MELO, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo**, em 20/10/2023, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **17181224** e o código CRC **4F69AABD**.